

História e Literatura: ficção e veracidade.

Fábio Pestana Ramos

A narrativa histórica: verídica ou literária?

Em tempos de globalização, em pleno século XXI, época dominada pela informação rápida disponibilizada pela Internet, cada vez mais, apenas a narrativa que agrada e prende o leitor tem penetração garantida junto ao grande público. Nesse contexto, os livros considerados didáticos e paradidáticos abarcando a história vêm, ao mesmo tempo, ganhando e perdendo espaço. Existe uma luta intensa entre a ficção que agrada, mas não informa ou desvenda o passado, e a narrativa tida como verídica, que enriquece o saber humano, porém não desperta o interesse porque usa uma linguagem tediosa.

Na realidade, com raras exceções, as obras escritas por historiadores permanecem restritas às prateleiras das bibliotecas, circulando entre um público restrito aos meios acadêmicos, embora agreguem novos conhecimentos e tragam contribuições inéditas, bem como discutam e reconstruam os fatos. Os historiadores, salvo raras exceções, são muito bons em desvendar o passado, mas pouco eficientes em comunicar essa riqueza de detalhes ao grande público.

Já aqueles livros escritos por não especialistas têm tido crescente penetração, principalmente, por conta da sintetização simplificada de idéias, da linguagem rápida e de seu caráter jornalístico¹.

É importante ressaltar que não existe nada de errado na interdisciplinaridade, muito pelo contrário: as contribuições de um jornalista, por exemplo, podem ser valiosas para a história, assim como a análise atenta do mundo atual levada a termo por um historiador agrega valor à comunicação da realidade jornalística. O perigo não está fixado no avanço dos jornalistas sobre o campo do saber dominado pelos especialistas, mas sim na simplificação limitada pelo oportunismo, no desvirtuamento de investigações construídas

¹ Justifica-se, assim, o grande sucesso das obras de Eduardo Bueno, apesar dos defeitos representados pelos erros de contextualização dos fatos, pela cópia de padrões de análise, ultrapassadas pelos estudos atuais de quem realmente desvenda a história com fontes primárias em mãos, pela desagregação de seqüências lógicas

ao longo de anos de estudos, sobretudo, através de uma síntese que faz os conceitos perderem seu sentido e significado original.

Assim, diante das exigências do mercado e do grande público leitor, até que ponto a narrativa histórica deve ser literária? Até que ponto as próprias fontes usadas para reconstituir o passado não são apenas literatura? Discutir essas questões, antes, implica encontrar a gênese da resistência dos historiadores frente à ficcionalidade literária, uma vez que a construção e legitimação do saber histórico, enquanto ciência, perpassou a negação de sua vertente ficcional em prol da valorização da veracidade de sua narrativa, acarretando na desvalorização a literatura como fonte e modelo narrativo.

A literatura como fonte: ficção verossímil?

Desde o século XVIII, quando o pensamento iluminista inaugurou a racionalização da história, discute-se a importância da literatura como fonte os historiadores recompõem o passado. Da mesma maneira, a historiografia romântica do século XIX utilizou a narrativa de cunho literário para discutir o passado da humanidade (SILVA, 2001).

Ainda em novecentos, o cientificismo desabilitou a narrativa literária, pretendendo construir textos que, a partir da citação de fontes documentais, possibilitassem um entendimento mais completo e puro do passado, isentos da ficção. Somente no início do século XX, com o advento da *Escola de Annales*, nascida na França e rapidamente expandida para o restante do mundo ocidental, graças à ajuda da Antropologia, da Psicologia e de outras ciências auxiliares, o uso da literatura como fonte adquiriu um novo sentido (BURKE, 1997).

O desenvolvimento da geração de *Annales* criou uma nova vertente de estudos, a história das mentalidades (REIS, 2000), representada no Brasil por Mary Del Priore e Laura de Mello e Souza (FREITAS, 2001). A literatura finalmente passou a integrar o principal *corpus* documental consultado pelos historiadores. Obviamente, a vinculação do tema de investigação à história das mentalidades era condição *sine qua non*. Não se tratava de uma recomposição do passado, mas sim do pensamento dos homens que haviam vivido no passado.

baseadas na longuíssima duração e pela mera repetição de fatos tidos como verdadeiros, sem qualquer tipo de

Diante da falta de fontes que possibilitassem a análise do passado calcada no cotidiano do homem comum, foi gerada uma nova tendência - a micro-história. Tendo em vista os objetivos mais restritos dessa perspectiva, a literatura passou a ser consultada como fonte documental, haja vista a riqueza de detalhes contida em seus textos. *Os sertões*, de Euclides da Cunha, um clássico de nossa literatura, foi amplamente utilizado por José Calasans (1993/94) para entender os detalhes do fenômeno representado pela fundação de Canudos por António Conselheiro. Nesse trabalho de cunho histórico, Calasans analisa a veracidade da narrativa a partir da comparação com documentos oficiais acerca das três expedições organizadas contra o arraial de Bom Jesus.

É verdade que a narrativa de Euclides da Cunha constitui um caso muito particular. O autor, originalmente, havia composto vários artigos para o jornal o *Estado de São Paulo*, na qualidade de correspondente de guerra, depois aproveitados para formarem o livro. Mas nem por isso o exemplo deixa de ser emblemático, pois existe uma discrepância entre o caráter narrativo da obra e seu estilo épico engrandecedor do sertanejo e da força do seu modo de vida.

Pode-se afirmar, com segurança, que *Os sertões* é uma rica obra literária carregada de linguagem poética. Não deixa de ser, contudo, um produto narrativo de uma época e de um contexto específico vivido pelo autor, sendo ao mesmo tempo criação ficcional e reflexo de fatos verídicos.

Caso considerássemos o conhecimento humano como paradigma possível somente a partir de uma síntese cumulativa, seríamos forçados a concluir que a ficção parte de fatos concretos, observados ou transmitidos, entre indivíduos e, a reboque, gerações. Nesse sentido, haveria a composição de um retrato romanceado que procura preencher os vácuos narrativos, sobretudo através de criações verossímeis dentro do contexto do enredo de cada obra.

Euclides de Cunha construiu todo um universo fictício. Essa construção, contudo, esteve baseada em fatos concretos, espelhando uma realidade reordenada ao gosto do leitor. O que não invalida sua importância como fonte, uma vez que representa a interpretação do autor acerca de uma época. Ao historiador, diante da literatura como fonte, cabe reordenar a

leitura do mundo feita pelo autor, selecionar os fatos de interesse histórico e separá-los da narrativa poética, aparar as arestas.

No fundo, toda fonte, seja literária ou não, representa tão somente a opinião daquele que narra os fatos. Mesmo um documento oficial narrando dado acontecimento, a despeito de sua linguagem técnica, necessariamente foi redigido por um indivíduo que, sendo humano, não se furta de transmitir suas impressões pessoais. Nada que é humano está isento de emoção e de uma perspectiva particular de observação do mundo:

“É necessário ter presente que em cada obra existe um autor que tem um determinado projeto e filosofia de vida, e que traduz a realidade a seu modo, ou seja, de maneira singular. Este autor deixa fluir intermitentemente imaginação, medos, desejos, angústias, aspirações, paixões, emoções, e dá voz a diferentes sujeitos sociais” (CARVALHO, FLORIO, 1998).

Nesse sentido, admitida a validade da literatura como fonte histórica, talvez não fosse o caso de questionar a veracidade presente na narrativa literária, pois ela não só não poderia deixar de existir, sob pena de tornar o enredo sem lógica alguma, mas também o raciocínio humano não suportaria uma construção literária inverossímil. O próprio segredo do sucesso dos clássicos da literatura está modelado na ficção verossímil.

O cerne da questão talvez devesse ser fixado diametralmente em uma direção oposta. É fato que uma obra literária possui elementos fictícios e, exatamente por esse motivo, os historiadores abordam sua narrativa previamente alertados. Poucos, todavia, têm coragem de cogitar que fontes documentais oficiais possam não passar de construções ficcionais, expressando, a exemplo da literatura, nada além de uma interpretação específica dos fatos narrados.

A fonte documental: construção ficcional?

A fronteira entre a fonte documental e a literatura é muito mais tênue do se pode imaginar. Em um passado recente, várias fontes, hoje consideradas indispensáveis, já foram consideradas fantasiosas. Inserem-se nessa categoria as *Peregrinações*, de Fernão Mendes Pinto (1983), e a compilação de relatos de naufrágios lusitanos, ocorridos no século XVI e

XVII, coligida por Bernardo Gomes de Brito, a polêmica *História Trágico-Marítima* (1971).

Nas *Peregrinações*, obra publicada originalmente em 1614, Fernão Mendes Pinto narrou suas experiências pessoais vividas como soldado no Oriente, fornecendo um rico panorama da vivência dos homens comuns inseridos no ambiente do Império Marítimo português quinhentista. A obra foi, durante muito tempo, desdenhada pela historiografia, principalmente devido ao seu caráter narrativo de cunho literário e ao seu sucesso junto ao grande público leitor desde sua primeira edição. Depois de analisada em estudos que comprovaram sua veracidade e relevância para o entendimento do declínio do Império lusitano no Oriente, ganhou grande destaque no meio acadêmico.

Os relatos dos naufrágios da *História Trágico-Marítima*, contendo dados inéditos sobre o cotidiano e as razões que ocasionaram o grande índice de perdas lusitanas no Oriente, foram, a semelhança das *Peregrinações*, considerados indignos de crédito. Tanto Pinto como Brito (1971) retrataram o que José Saramago (1971) chamou de “a face oxidada do doirado medalhão da descoberta e da conquista”.

A despeito da importância da compilação desses relatos, muitos dos quais teriam sido perdidos em meio ao terremoto de 1755 que arrasou Lisboa e boa parte de Portugal, a historiografia desdenhou a obra exatamente por contrariar a versão oficial dos fatos que considerava a empreitada marítima como uma epopéia heróica do povo português.

Tal postura foi sustentada, em grande parte, devido ao sucesso da obra durante o século XVIII e XIX junto ao público, decorrente da fluidez de caráter literário do texto. Por esse motivo foi considerada pelos historiadores, por dois séculos, como obra meramente literária, ponderando alguns que as narrativas podiam até mesmo não passar de pura invenção, embora fosse unanimemente admitido que estavam baseados em naufrágios ocorridos.

A versão caiu por terra quando a italiana Giulia Lanciani, catedrática de língua e literatura portuguesa da Universidade de Roma, localizou, por volta de 1997, quase todos os relatos originais e cópias manuscritas e impressas que serviram de base à compilação de Brito². Esse fato comprovou a veracidade das narrativas compiladas por Brito, ainda que fora constatado que os relatos que compuseram a *História Trágico-Marítima*, tenham

sofrido alterações de estilo textual e diluições, visando tornar a leitura mais agradável. A essência dos fatos narrados, contudo, foi preservada sem acréscimo de qualquer detalhe que não o contido nos manuscritos originais (LANCIANI, 1997).

As modificações estilísticas que tornaram os dois volumes da obra de Brito os livros mais lidos em língua portuguesa, ao lado d’*Os Lusíadas* de Camões, traduzidos e reeditados desde sua primeira tiragem até os dias atuais, não alteraram seu valor enquanto fonte e muito menos os dados que podem ser extraídos através de uma leitura atenta. Constitui-se, portanto, a fonte mais rica e confiável para a reconstituição qualitativa dos fatores que causaram as perdas das naus da Índia e, a reboque, para a reconstituição do cotidiano vivido a bordo dessas embarcações nos séculos XVI e XVII.

Inversamente, existem mais elementos ficcionais na *Crônica do felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis do que nas *Peregrinações* ou na *História Trágico-Marítima*. Não podemos esquecer que os vencedores escrevem a versão oficial, constroem a narrativa presente nos documentos que figuram como dignos de preservação para a perpetuar a história que interessa aos chefes de Estado de cada época.

Tudo o que contraria o sistema vigente tem sempre um tratamento de puro desdém, e os funcionários e agentes governamentais descrevem os fatos, por mais técnicos que sejam seus relatórios, pautando sua visão segundo o modelo narrativo perpetuado pela expectativa de seus superiores. Assim, um relatório técnico nunca está isento de elementos literários e ficcionais.

Todo documento oficial possui um estilo narrativo construído para agradar o seu leitor em potencial. Os dados, tampouco, possuem total validade. Mesmo um balanço orçamentário esconde nuances criadas para ocultar fatos que poderiam desagradar às estâncias superiores.

O que nos conduz a um outro estágio de questionamento. Talvez a questão em voga não devesse estar centrada na validade da literatura como fonte, nem tampouco no caráter ficcional e literário dos documentos. A correta abordagem de um ou do outro depende, antes, da interpretação do pesquisador.

² Estando espalhadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa, o Palácio Real da Ajuda, as Bibliotecas de Évora, de Vila Viçosa e Coimbra, e por bibliotecas estrangeiras e alguns fundos privados

Ao mesmo tempo, a leitura que o saber histórico faz do passado é uma dentre várias possíveis, já que, para fazer-se inteligível, a reconstituição do dito passado necessita do elemento literário, sendo também fruto de seu tempo e das questões do presente.

Sendo a história, pretensamente, uma ciência que tenta compreender o presente à luz do passado, intenção sem a qual perderia sua matriz científica e sua utilidade prática, até que ponto o saber histórico, construído por historiadores que selecionam os fatos em meio às fontes, realmente constitui uma narração verídica do passado? A história narra um retrato exato do passado ou espelha uma narrativa ficcional verossímil bem construída? Baseada em dados prováveis, é verdade, possuindo fatos e personagens reais, mas que nem por isso deixa de ser uma criação literária.

O saber histórico: ficção verossímil ou narração verídica?

Assim como as fontes oficiais podem criar ou distorcer os fatos, modificando a verdade a partir de uma narrativa construída com um propósito específico, o saber histórico não passa de uma seleção de fatos, constituindo, igualmente, uma construção do passado, pois a leitura que o pesquisador faz está sempre vinculada aos seus princípios pessoais.

Nesse sentido, a estruturação do saber histórico é também uma ficção de cunho literário, embora não deixe de ser uma narração de fatos verossímeis expostos através de um estilo pessoal de escrita. A probabilidade de veracidade, calcada em métodos científicos, fornece uma versão dos fatos digna de crédito, mas que, nem por isso, deixa de constituir somente uma dentre várias alternativas possíveis para explicar ou narrar o passado.

Talvez devido a essa característica peculiar ao saber histórico, a mitificação se tornou habitual nos manuais e livros didáticos utilizados em nossas escolas. A suposta Escola de Sagres fornece um exemplo valioso da construção histórica do passado, embasada nas necessidades do presente, a partir de indícios e reminiscências contidas na memória idealizada das glórias de um povo.

A despeito da necessidade de um *corpus* documental que forneça sustentação à narrativa do passado, para além do problema que engloba a veracidade das fontes, sejam documentos oficiais ou literários, não se pode esquecer que o saber histórico, para fazer-se

inteligível, necessita fazer uso de uma narrativa, ao passo que não pode furtar-se de seu caráter literário para perpetuar sua mensagem junto ao público leitor.

Ao mesmo tempo que o saber histórico possui a obrigação de fornecer um retrato do passado, tem um compromisso com o gosto popular para se perpetuar. Espelha o passado através de uma narração verídica, contudo não passando de uma versão dos fatos dentre várias outras possíveis, não passa também de uma ficção verossímil.

Tudo pode ter sido exatamente como reconstituído pelo pesquisador, como, ao inverso, não passar de uma narrativa fictícia construída pela imaginação daqueles que compuseram as fontes consultadas; ou, ainda, um recorte específico de um período que terminou distorcendo a realidade com o auxílio da imaginação do pesquisador, uma vez que a especificidade não dá conta do geral, bem como o âmbito geral distorce quaisquer especificidades.

Diante de tantas dúvidas, do caráter fictício das fontes, da verossimilhança da literatura, das características literárias da narrativa e da própria peculiaridade da construção do saber histórico, não podemos deixar de levantar uma questão polêmica, imensamente debatida e até hoje ainda não totalmente elucidada. A história é uma ciência ou um gênero literário? O que implica perguntar até que ponto o saber histórico é verídico?

História e literatura: ficção x veracidade ou veracidade x ficção?

Em 1965, António Candido de Mello e Sousa ressaltou, em seu *Literatura e sociedade*, que “a função histórica ou social de uma obra depende da sua estrutura literária”. Auxiliados pelo teórico maior da crítica literária brasileira, retornamos ao ponto inicial de nossa jornada, voltamos para a discussão que envolve a determinação do caráter narrativa da história enquanto verídico ou literário.

Para Antonio Candido, qualquer que seja o gênero textual, a estrutura narrativa repousa sempre “sobre a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita”, espelhando “um nível da realidade e um nível de elaboração da realidade[,] e também a diferença de perspectiva dos contemporâneos da obra, inclusive o próprio autor, e a da posteridade que ela suscita,

determinando variações históricas de função numa estrutura que permanece esteticamente invariável” (p. 153).

Até esse ponto nenhuma novidade. Tanto a literatura como a história refletem uma realidade expressa através de uma narrativa verossímil, construída conforme o condicionamento da sociedade. Constituem uma perspectiva dentre várias outras que, ao longo dos anos, pode ou não se perpetuar, enraizando-se no imaginário coletivo, variando conforme a nova roupagem que adquire posteriormente, servindo a uma releitura das questões do presente.

O problema está fixado no fato de que, enquanto a literatura admite e valoriza seu aspecto fictício, reivindicando o poder da imaginação na interação entre passado e presente, a história nega a ficção de sua narrativa, assumindo uma postura científica que tenta destituir sua aproximação junto à literatura e sua vertente imaginária para, a reboque, legitimar o saber como verídico ao invés de simplesmente verossímil.

A luta pelo reconhecimento da cientificidade fez com que a história ignorasse que qualquer ciência é construída sobre alicerces que refletem teorias apenas verossímeis. A veracidade só é garantida pela verossimilhança e nunca deixa de constituir uma verdade provisória.

Através da vericabilidade, Karl Popper demonstrou que uma teoria só é considerada válida até que outra evidencie sua inviabilidade, oferecendo uma solução mais completa. Isso aconteceria porque “as teorias não são nunca verificáveis empiricamente” (1962), sendo somente “possível argüir a verdade de enunciados singulares” por meio “de enunciados universais”.

Simultaneamente, o conceito de revolução científica de Tomás Kuhn (1970), para além da controvérsia de sua aplicabilidade ao saber histórico, devido a sua natureza cumulativa, demonstrou que nenhuma teoria existente pode ser considerada como uma verdade incontestável. Uma vez desarticulada uma única teoria, todo um conjunto teórico cai por terra, originando, por meio de uma revolução, um novo paradigma que cria um grupo de teorias que negam suas antecessoras.

Nem mesmo as leis da física escapariam à roupagem da verossimilhança, pois novas descobertas oferecidas pelo avanço tecnológico, repentinamente, desarticulam a organização da realidade tida como concreta. Um exemplo disso é a desarticulação da física

newtoniana pela revolução científica representada pela teoria da relatividade de Einstein, quando a realidade estática foi transformada em peculiar a cada contexto específico.

No caso da história, como não existe um paradigma que norteie toda a reconstituição do passado, “na ausência de um paradigma ou de algum candidato a paradigma, todos os fatos que possivelmente são pertinentes ao desenvolvimento” deste saber como “ciência têm a probabilidade de parecerem igualmente relevantes” (KUHN, 1970).

A probabilidade de construção de várias versões do passado, no entanto, não anula o caráter científico de sua construção. Os vários retratos do passado, mesmo que contraditórios, não anulam sua cientificidade, uma vez que constituem retratos chapados de uma realidade tridimensional.

Dentro desse contexto, em vista da utilização de uma narrativa literária e da reivindicação de seu aspecto científico, estando no limiar entre a ficção e a veracidade, resta somente inquirir o saber histórico acerca da possibilidade de sua existência enquanto construção científica mesclada ao gênero literário.

Conclusão: é possível a construção de um saber científico mesclado à literatura?

Para que a narrativa histórica possa contribuir para o entendimento da conjuntura do presente, a construção do saber de cunho científico não só é possível, como é necessária. A cientificidade da história é tão valiosa como em qualquer outra área do saber humano, não podendo ser dispensada de modo algum. Em consequência, a mescla do rigor do método científico com o teor literário da narrativa, também não pode ser deixada de lado.

A perpetuação da história como ciência, ao inverso da vertente acadêmica dominante no panorama atual, necessita da interdisciplinaridade. Entretanto, não se trata de simplificar a análise histórica, mas sim de complexificá-la, enriquecer seu rigor metodológico através da aceitação de seu papel literário e, simultaneamente, do valor da literatura como fonte complementar.

Sugestões de leitura

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

Para adquirir noções básicas de como funciona a dinâmica entre o passado e a estruturação das fontes visando entender melhor o presente, é indicada a leitura da obra de Vavy Pacheco Borges, que pode fornecer, através de um texto de leitura rápida, indícios da utilidade da história e da constituição deste saber.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

KOMATIS, Henri e PAQUET, Gérard (org.). **Uma lição de história de Fernand Braudel.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

Para uma melhor compreensão da contextualização do passado e da abordagem do passado através das fontes, é necessária a leitura das obras de Fernand Braudel, assim como a leitura de textos de seus seguidores, reunidos em um congresso realizado na França em 1985, organizado e publicado por Henri Komatis e Gérard Paquet.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales: 1929-1989.** São Paulo: Unesp, 1997.

SILVA, Rogério Forastieri. **História da historiografia.** Bauru: Edusc, 2001.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Para compreender as várias fases pelas quais a história transitou desde que passou a ser considerada uma ciência, bem como as diversas metodologias adotadas pelos historiadores desde então, é interessante ler as obras de Rogério Forastieri Silva, José Carlos Reis e Peter Burke.

CARVALHO, Anelise Maria Muller de & FLORIO, Marcelo. *A literatura como documento histórico* In: **Revista D'Art n.º.02.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1998, p.40-44.

SARAMAGO, José. *A morte familiar* In: BRITO, Bernardo Gomes de (compilação). **História Trágico-Marítima** (fac-símile da edição original de 1735/36). Lisboa: Afrodite, 1971, volume 2, p.CII-CIX.

Apesar de raros, existem textos excelentes para estimular a discussão, entre eles merece destaque o artigo de Anelise Maria Muller Carvalho e Marcelo Florio, assim como o ensaio do *Prêmio Nobel de Literatura*, o português, José Saramago, inserido como apêndice da edição da *História Trágico-Marítima* da editora Afrodite em 1971.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2001.

Àqueles que tenham interesse em conhecer mais, especificamente, acerca da historiografia brasileira é indicada a leitura da obra organizada por Marcos Cezar de Freitas.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

POPPER, Karl R. **La lógica de la investigación científica.** Madrid: Editorial Tecnos, 1962.

Caso exista necessidade de aprofundar a conceituação de ciência, seria interessante ler Karl Popper e Thomas Kuhn.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Publifolha, 2000.

A questão do uso da literatura como fonte é um assunto pouco abordado, contudo, Antonio Candido foi um dos pioneiros a abordar esse tema, sendo uma boa indicação para aqueles que tenham interesse nessa vertente.

RAMOS, Fábio Pestana. *A História Trágico-Marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI* In: DEL PRIORE, Mary (org.) **A História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p.19-54.

RAMOS, Fábio Pestana. *O Brasil entre a fronteira do real e do imaginário: o confronto cultural e militar entre índios e portugueses* In: **Estudos Ibero-Americanos**, edição especial n.º 1. Porto Alegre: Dep. de História da PUC do Rio Grande do Sul, 2000, p.139-147.

RAMOS, Fábio Pestana. *O cotidiano feminino a bordo das embarcações portuguesas (século XVI e XVII)* In: **Gênero em pesquisa**, n.º 15/Ano 8. Uberlândia: Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher/Universidade Federal de Uberlândia, 1.º Semestre de 2000, p.06-09.

RAMOS, Fábio Pestana. *O festejo dos santos a bordo das embarcações portuguesas do século XVI e XVII: sociabilização ou controle social?* In: In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001, volume 2, p.905-915.

Para os incrédulos e todos aqueles que consideram impossível o uso da literatura ou da iconografia como fonte alternativa, remetemos a alguns de nossos estudos para que possam ver os resultados e analisar a qualidade daquilo que é possível extrair do passado para recuperar o entendimento dos padrões do presente.

Bibliografia

BRITO, Bernardo Gomes de (compilação). **História Trágico-Marítima** (fac-símile da edição original de 1735/36). Lisboa: Afrodite, 1971.

CALASANS, José. *Textos de José Calasans* In: **Revista USP n.º.20: dossiê Canudos**. São Paulo: USP, dez/jan/fev de 1993/94, p.06-27.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record, s.d.

LANCIANI, Giulia. **Sucessos e Naufrágios das naus portuguesas**. Lisboa: Caminho, 1997.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinações**. Transcrição de Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

Bacharel em Filosofia pela FFLCH/USP, Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Educação/USP, Doutor em História Social pela USP.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.